

# IMPrensa, ÉTICA E CIDADANIA: A COMUNICAÇÃO GLOBAL E O ENIGMA REGIONAL

José Péricles Diniz<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta reflexão trata de um possível dilema entre a atmosfera globalizante do espaço-tempo mundial contemporâneo e sua busca concomitante pelo regional enquanto estratégia de afirmação de identidade. Neste contexto, a imprensa e seus veículos de comunicação social se vão adaptando aos novos parâmetros econômicos, sociais e culturais, em busca de uma nova relação de consumo e de convívio social, de ética e cidadania. Tal busca impõe a discussão e o aprofundamento de questões que passam pela definição os papéis a serem atribuídos à imprensa – regional ou comunitária – possível ou desejável.

**Palavras-chaves:** Comunicação; Imprensa; Global; Regional; Cidadania.

**Abstract:** This reflection deals with a possible dilemma between the globalizing atmosphere of contemporary world space-time and its concomitant search for the regional strategy as an affirmation of identity. In this context, the media and their vehicles are adapting themselves to the new economic, social and cultural parameters in search of a new relationship of consumption and social life, ethics and citizenship. This search requires the discussion of some issues as the possible or desirable roles to be assigned to the press, be it regional or communitarian.

**Keywords:** Communication; Press; Global; Regional; Citizenship.

## 1. A ideia de região e a economia do simbólico

Nas considerações que tece a respeito da ideia de região, Pierre Bourdieu retoma e aprofunda as reflexões sobre o poder simbólico a partir da constatação de que ele está firmado no reconhecimento, principalmente na medida em que *produz a existência daquilo que enuncia*. Segundo ele, mesmo quando se limita a enunciar o ser, aquilo que é, o autor (de um enunciado qualquer) produz uma mudança no ser:

ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as,

---

<sup>1</sup> José Péricles Diniz é jornalista diplomado, professor adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), doutor em Cultura & Sociedade e mestre em Educação pela UFBA, especialista em Metodologia e Práticas do Ensino Superior. E-mail: periclesdiniz@globo.com.br.

santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais”. (BOURDIEU, 2001, p. 114)

Não haveria, portanto, como falar em regiões *naturais*, separadas por fronteiras *naturais*. Tais regiões (*regio*, palavra derivada de *regere*, que é o ato em que o *rex*, a autoridade máxima exerce a sua vontade) e tais fronteiras (*finis*, onde aquilo que foi definido está imposto) vão sempre variar em função dos critérios que se adotem para defini-las. Critérios que podem variar em razão de interesses e arranjos sócio-políticos, linguísticos, topográficos etc. Afirma Bourdieu (2001, p.115):

Assim, a ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registrar um *estado* da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor.

Desse modo, quaisquer agentes atuando no meio social com vistas a conduzir sua *pretensão à instituição* vão reclamar e pretender uma objetividade para seu discurso, como uma espécie de *certificado de realismo* ou *veredicto de utopismo* aos quais se refere Bourdieu como contribuições “para determinar as probabilidades objetivas que tem esta entidade social de ter acesso à existência” (BOURDIEU, 2001, p. 119). O efeito simbólico do discurso científico é inevitável, na medida em que, nestes casos, os critérios ditos objetivos “são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento” (BOURDIEU, 2001, p. 120). Ou seja, um veredicto científico sobre questão regional ou nacional funcionaria apenas como argumento contra ou a favor o reconhecimento e legitimação da região em questão. Prossegue Bourdieu (2001, p. 124):

Quando os dominados nas relações de força simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da *assimilação* a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que

tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima.

Então, o que está verdadeiramente em jogo é a capacidade de definir e tornar legítimos os critérios que constroem uma identidade social em conformidade com os seus próprios interesses de grupo. Está em jogo o poder de apropriar-se das vantagens simbólicas atribuídas a uma identidade legítima, uma identidade nacional, reconhecida oficialmente e publicamente.

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de *intimidação* que ela exerce têm em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer (BOURDIEU, 2001, p. 125).

O estigma produz revolta, reúne os estigmatizados em torno de uma causa comum, institucionalizando um grupo que passa, então, a mobilizar-se em razão do seu combate. Um grupo que passa a reivindicar sua identidade própria. Em resumo, diz Bourdieu (2001, p. 129), “o mercado dos bens simbólicos tem as suas leis, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais”. Para ele, é de suma importância que sejam incluídos nos sistemas de critérios que orientam as discussões sobre o regionalismo não apenas as propriedades ditas *objetivas*, como território, línguas faladas, religiões e atividades econômicas, mas igualmente as representações mais subjetivas, a exemplo do sentimento de pertencimento que as pessoas experimentam com seu lugar de origem. Isto certamente facilitaria uma visão mais ampla e pertinente da realidade.

Mas adverte que o regionalismo é apenas um dos embates simbólicos em que estão envolvidos os agentes que atuam no jogo das conservações ou transformações das relações sociais (tanto materiais, econômicas, quanto identitárias). Pois, para Bourdieu, o *habitus* é, sobretudo, regularidade, onde há mudança, embora sempre lenta. Assim, reconhece a identidade como uma grande força mobilizadora, na medida em que é capaz de definir um *nós* que se é em clara e incontestável oposição aos *outros*.

Todavia, na lógica simbólica da distinção (em que existir não é somente ser diferente, mas ser reconhecido como tal, inclusive nos campos da política e do jurídico), qualquer unificação que leve em conta aquilo que é diferente acaba implicando na

dominação de uma identidade sobre outras ou na negação de uma por outra. Propõe, então, que seja rompido o economismo (marxista ou qualquer outro) que reduza o regionalismo à paixão ou à patologia, a fim de reconhecer a contribuição das representações coletivas àquilo que denominou de *economia do simbólico*, que é irreduzível à economia, em sentido restrito. Mas sem esquecer que “as lutas simbólicas têm fundamentos e efeitos econômicos (em sentido restrito) efetivamente reais” (BOURDIEU, 2001, p. 129).

## 2. O espaço-tempo mundial

Por sua vez, ao tratar das questões ligadas aos chamados estudos da pós-modernidade, Boaventura de Souza Santos (2001, p.283) lembra que:

estamos a entrar num período de transição paradigmática, tanto no plano epistemológico – da ciência moderna para um conhecimento pós-moderno – como no plano societal – da sociedade capitalista para outra forma societal que tanto pode ser melhor como pior.

Então, passamos a conviver com turbulências, aparentes contradições, instabilidades, rupturas e inversões de valores muito mais intensas que as normalmente verificadas com o transcorrer natural provocado pelo câmbio de poder entre gerações, quando é normal que os jovens tentem contrapor novos caminhos e modelos aos já estabelecidos. No caso atual, entretanto, as mudanças parecem mais viscerais, mais ligadas à estrutura e ao próprio funcionamento da organização humana, desde a esfera macroeconômica das relações de produção, capital e trabalho, até os mecanismos da dinâmica social.

Como acentua o autor, o fenômeno que poderíamos chamar de *crise de identidade* atinge tanto às formas de regulação social da modernidade (e cita, nestes casos, o direito estatal, a família, o industrialismo ou fordismo, a democracia representativa, as diversas religiões e o nacionalismo, entre outros) quanto os processos de emancipação que se lhes podemos propor (que seriam o socialismo ou o comunismo, os sindicatos, a democracia participativa, a cultura popular e as várias formas de sociedade alternativa).

Portanto, listando os problemas fundamentais, no sentido de “reinventar não só o pensamento emancipatório como também a vontade de emancipação” (SANTOS, 2001, p.284), ele trata de estruturar a prática social a partir de quatro diferentes espaços-tempo: o mundial, o doméstico, o de produção e o da cidadania. Na esteira deste raciocínio, identifica algumas diferenças na abordagem dos problemas fundamentais da sociedade contemporânea. Uma primeira seria a do embate histórico entre as doutrinas liberais e socialistas ou comunistas, a partir do prisma do chamado *fim da história*.

Uma segunda posição partiria do pressuposto de que simplesmente não seria possível pensar sobre tais problemas fundamentais, porque a sociedade de consumo teria tornado superficiais tanto as condições de existência quanto os modos de se pensar nela. Uma terceira postura indicaria que os pressupostos epistemológicos da modernidade, baseados na distinção entre sujeito e objeto, meio e fim, fatos e valores, levaram ao abandono da reflexão sobre estes problemas, impondo uma abordagem mecanicista da natureza e da sociedade, onde a objetividade é concebida como neutralidade. Por fim, no que considera o grupo mais heterogêneo, vê o “esgotamento das virtualidades de desenvolvimento societal” (SANTOS, 2001, p.285). Ou seja, haveria um desgaste nos mecanismos institucionais e culturais responsáveis por corrigir e compensar os excessos e as deficiências do capitalismo.

Com relação ao espaço-tempo mundial, que seria o das relações sociais entre nações no âmbito da economia global, aborda principalmente a polarização norte-sul que deixou, de um lado, os países do chamado capitalismo central e em hemisfério oposto, as comunidades periféricas, pobres e excluídas. A partir daí, três vetores podem ser apontados, a partir da explosão demográfica, da globalização da economia e da degradação ambiental.

A questão demográfica deve ser iniciada a partir dos números que apontam a duplicação da população mundial entre 1825 e 1925, quando saltou de 1 bilhão para 2 bilhões de pessoas em todo o planeta. O próximo salto, para 4 bilhões, levou apenas 50 anos e, embora desde então a taxa tenha arrefecido em termos absolutos, seguiu registrando a marca de 5,3 bilhões de habitantes entre 1975 e 1990, com prognósticos de alcançarmos 8,5 bilhões de almas até o ano de 2025. Um dado relevante desta equação é que tal população não é distribuída homoganeamente, mas bastante concentrada entre os países periféricos, quase todos no hemisfério sul. Os especialistas apontam que, mantidos os atuais padrões de desenvolvimento, estas disparidades

tendem a se acentuar, gerando enormes contingentes de pessoas sem acesso a habitação, saneamento básico, educação, saúde etc.

Este quadro de desequilíbrio atinge tanto os indicadores sociais quanto a demanda e exploração dos recursos naturais do planeta, cada vez menos suficientes para atender a necessidades crescentes. O pior, segundo ressalta Boaventura Santos, é que a característica transnacional destes problemas contemporâneos não elimina – antes agrava – a polarização norte-sul. Pois, para atender às exigências de consumo desta população, será preciso comprometer seriamente os recursos naturais, provocando desequilíbrio ambiental, tornando as nações periféricas cada vez mais dependentes de recursos e de soluções tecnológicas dos países ricos.

Por sua vez, a globalização dos processos econômicos e financeiros ocorre acompanhada por diversos artifícios e salvaguardas protecionistas em favor destes países ricos e seus blocos regionais, sempre em detrimento do sul excluído e desarticulado. De acordo com o autor, a economia internacional não é ainda uma economia global. Ele mostra que entre 1945 e 1973 a economia mundial cresceu a uma taxa média de 6% ao ano, diminuindo de ritmo a partir de então, quando o esquema de produção industrial deslocou-se do eixo europeu-norte americano para a Ásia, principalmente entre os segmentos eletroeletrônicos, de automóveis e alta tecnologia.

Outro traço característico deste modelo de globalização é a primazia das multinacionais, que precisavam para seu crescimento e consolidação da desregulamentação dos mercados financeiros e da evolução das telecomunicações. Como resultado, gerou-se um enorme fluxo de capital estrangeiro (ou melhor, sem pátria) circulando fluida e rapidamente entre mercados de todo o planeta em busca de melhores condições de investimento e remuneração. Isto terminou afastando o Estado da gestão econômica e de áreas antes consideradas estratégicas em termos de segurança nacional, como a moeda e sobretudo as comunicações.

O desenvolvimento da tecnologia, por seu turno, também embute antagonismos, como no caso da biotecnologia, que se por um lado promete incrementar exponencialmente a produção agrícola, ameaça o equilíbrio natural e a biodiversidade de ecossistemas inteiros. E, no final das contas, os direitos em forma de *royalties* pelos eventuais ganhos de produtividade gerados pela manipulação genética seguirão sendo destinados aos laboratórios multinacionais sediados em países do primeiro mundo, no eixo norte da equação global do poder.

As anunciadas tentativas de combater a transnacionalização da fome e o empobrecimento crescente dos países do sul terminaram levando a ações como a intensificação das culturas de exportação, o uso de agrotóxicos e de técnicas ineficientes de gestão e recuperação dos solos. Como resultado, mais desequilíbrio ambiental, desertificação e destruição de ecossistemas nativos. A importância do tema para o autor pode ser demonstrada na seguinte afirmação:

De todos os problemas enfrentados pelo sistema mundial, a degradação ambiental é talvez o mais intrinsecamente transnacional e, portanto, aquele que, consoante o modo como for enfrentado, tanto pode redundar num conflito global entre o Norte e o Sul, como ser a plataforma para um exercício de solidariedade transnacional e intergeracional (SANTOS, 2001, p.296).

Tais impactos ambientais são cada vez mais globais, o que assegura que ganhos e perdas, vantagens e desvantagens serão igualmente compartilhados em âmbito mundial. Portanto, a sua solução implica em compromissos de solidariedade a longo prazo entre gerações. Por fim, Boaventura Santos identifica os dilemas a serem enfrentados na construção da pós-modernidade, a partir de um modelo capitalista dominante que gera benefícios apenas a uma minoria da população mundial, embora gere custos cada vez mais genéricos, agravando as desigualdades sociais.

Como os problemas são globais, exigem soluções igualmente globais, apesar dos recursos cada vez mais escassos. Isto porque “a globalização a economia deu uma proeminência sem precedentes a sujeitos econômicos poderosíssimos que não se sentem devedores de lealdade ou de responsabilidade para com nenhum país, região ou localidade do sistema mundial” (SANTOS, 2001, p.299). Também a lógica política entre os Estados é marcada cada vez mais por compromissos de curto prazo, que não contemplam objetivos que apontem para horizontes de gerações futuras. As nações perderam sua eficácia reguladora.

E, todavia, a perda de poder por parte dos Estados nacionais não foi acompanhada pelo fortalecimento de nenhuma instituição internacional, antes o contrário. Cada vez mais os países centrais impõem sua vontade às comunidades periféricas e usam instituições como a própria Organização das Nações Unidas para isso. O que terminaria provocando uma erosão dos processos emancipatórios e da própria vontade política de transformação social. Assim, as respostas para um eventual dilema entre o regional e o espaço-tempo mundial estariam mesmo no âmbito do

regional e suas perspectivas sociais, econômicas e culturais, ou seja, de afirmação da identidade.

### **3. Jornalismo regional ou comunitário?**

É possível apontar ao menos duas vantagens específicas na distinção de regiões a partir de um espectro nacional comum. Uma primeira de ordem geográfica e administrativa, ao facilitar o planejamento e o encaminhamento de medidas técnicas ou burocráticas. A outra está relacionada à questão da identidade e sua capacidade de marcar diferenças, de rotular e discriminar. Trata-se, neste caso, de manipular estigmas para a delimitação de lugares, daquilo que um afirma ser em negação direta ao outro.

Exemplos cotidianos disso estão nas afirmações – em geral subliminares, mas muitas vezes explícitas – de superioridade dos sulistas em relação aos nordestinos e nortistas em geral. Levando em consideração que os autodenominados veículos de comunicação *nacionais* (as redes de tevê, editoras e redações dos jornais e revistas mais tradicionais) estão praticamente todos sediados entre Rio de Janeiro e São Paulo, não chega a surpreender a maneira com que o Norte/Nordeste é frequentemente reinventado como sinônimo de periferia, de distante (do progresso e da riqueza do país, em consequência).

Neste sentido, é preciso destacar que os interesses que norteiam esta chamada grande imprensa estão ligados essencialmente aos princípios de mercado, de consumo e lucro, ao tempo em que outras são (ou deveriam ser) as motivações de um possível jornalismo regional ou comunitário. A primeira, a imprensa tradicional, fala para e pelo consumidor, ou seja, o cidadão em situação de consumo, enquanto que um jornalismo em compromisso com a comunidade (ou região) estaria mais voltado à noção de cidadania, que envolve sentimento de pertencimento, de identidade comum àquele lugar.

Assim, um jornalismo comunitário deve necessariamente tratar da defesa da cidadania e dos interesses de uma coletividade. Envolve veículos de informação e de prestação de serviços, mas que também atuem como agentes de mobilização social. São capazes de assumir posição, definir princípios e objetivos, defender seus pontos de vista e os interesses das comunidades em que estão inseridos. Referindo-se ao projeto que elaborou e dirigiu por vários anos, Sérgio Mattos (2009, p. 287-288) descreve o suplemento *A Tarde Municípios* como:



uma experiência onde se constata como um órgão de imprensa pode exercer suas funções sociais, contribuindo para a promoção do desenvolvimento regional através da integração intermunicipal, além de exercer a função de porta-voz de comunidades menos favorecidas, debatendo problemas e divulgando alternativas encontradas em cada município.

Segundo ele, o caderno *A Tarde Municípios* foi planejado, desde o início, com o objetivo bem definido de apresentar-se como um agente de promoção de integração intermunicipal, oferecendo espaço editorial para todas as correntes partidárias e ideológicas interessadas em defender abertamente a causa municipalista, ao tempo em que também divulgava o potencial socioeconômico, cultural e turístico de cada uma das localidades baianas e delas próprias entre si<sup>2</sup>. Desta forma, estaria “promovendo um intercâmbio cultural de fundamental importância para a valorização da cultura regional, destacando costumes e manifestações de cada município” (MATTOS, 2009, p.299).

Uma das características mais fortes da prática do jornalismo em pequenas comunidades é que a informação é mais facilmente compartilhada por todo o espectro social, que independentemente de classe ou origem consegue se ver representado no noticiário e, mais ainda, considera-se um seu agente efetivo, personagem e autor ao mesmo tempo. Ao contrário da chamada *grande imprensa* (na verdade, a cada dia menor, em termos de audiência, influência e outras estatísticas), a informação não precisa ser tratada meramente como uma mercadoria, assumindo funções de prestação de serviço, de reforço de identidade e até mesmo educativas. As notícias que a comunidade encontra na imprensa regional geralmente tratam de pessoas e circunstâncias (personagens e contextos, portanto) familiares, que dizem respeito a eles próprios ou seus vizinhos, sem aquele sotaque universalmente espetacular e fantástico que define a mídia empresarial.

Jornalismo comunitário ou regional, seja qual for o caso, não deve ser confundido com a prática da imprensa nas pequenas cidades do interior do Brasil. Ou seja, ele não deve assim ser definido somente em razão de sua distância das estruturas industriais de circulação de notícias. O que de fato deve diferenciar a imprensa formada pelos jornais das cidades do interior é o tipo de vínculo e compromisso com a

---

<sup>2</sup> Lançado em 26 de abril de 1985, o suplemento circulou regularmente, encartado ao jornal *A Tarde*, até fevereiro de 2003.

comunidade, inclusive no que diz respeito aos processos produtivos e de gerenciamento do negócio.

Neste sentido, um veículo comunitário não deve visar primordialmente ao lucro, como o faz a empresa jornalística tradicional ou até mesmo alguns jornais de bairro e de pequenas e médias cidades brasileiras. É evidente que qualquer empresa, deste ou de qual outro ramo for, vai precisar de uma margem de lucro para dar conta de suas despesas e não seria justo esperar que mantenham as portas abertas baseadas apenas em altruísmo. O fundamental, todavia, é que não seja o lucro seu principal objetivo.

A imprensa regional, portanto, não se faz apenas com os grandes temas, a partir dos apelos que os próprios profissionais do jornalismo se esforçam por definir como *universais*, mas trata (ou deveria tratar) essencialmente de colocar-se à disposição para a promoção de justiça social sob a ótica dos interesses dos pequenos grupos, de segmentos sociais, do indivíduo em comunidade. Por estarem mais próximos, inclusive fisicamente, do seu público leitor, estes jornais interioranos acabam sujeitos a terem eventuais episódios de manipulação da informação desmascarados. Desta forma, são obrigados a tomar muito mais cuidado com aquilo que escrevem.

A esta altura é preciso ressaltar que tal ponto de vista provavelmente não será capaz de resistir a uma generalização para os casos – talvez os majoritários no exemplo brasileiro – dos pequenos jornais financiados quase que exclusivamente pelo poder público, em geral os executivos estaduais e municipais. De fato, não é raro encontrar pelas pequenas cidades do Brasil tais veículos de comunicação tomados de assalto por grupos de interesses partidários bem específicos. Sem poder contar apenas com os recursos da circulação (assinantes e venda avulsa), estes pequenos jornais muitas vezes abrem mão da independência editorial e cedem às exigências dos maiores anunciantes locais – em geral, o próprio prefeito ou empresários a ele ligados – em troca de uma remuneração fácil ou, em alguns casos, da própria sobrevivência.

E, contudo, não devem ser tais circunstâncias automaticamente escolhidas para balizar os contornos de atuação do que pode ou deve ser entendido como imprensa regional, como jornalismo comunitário. Beatriz Dornelles (2004, p. 131) lista as condições mínimas para caracterizar o que seria um jornal de cidade do interior:

Produto impresso de uma empresa ou microempresa jornalística, constituída juridicamente na Junta Comercial de seu município. Regida pelo ativo e passivo, tendo por objetivo o lucro, através da comercialização

publicitária, venda de assinaturas e venda avulsa. O jornal deve, obrigatoriamente, ser registrado no Cartório de Registro Especial e manter uma estrutura administrativa mínima, que inclui um diretor, um contador, um responsável pela distribuição do jornal, um vendedor de anúncios e um jornalista. O número de páginas deve ser, no mínimo, oito, não havendo imposições para o máximo. A periodicidade deve ser constante, desde que diária, trissemanária, bissemanária ou semanária.

Tal definição, bem entendido, foi construída para ser aplicada a um universo de pesquisa limitado ao território do Estado do Rio Grande do Sul, no final da década de 1990. Para as condições sociais, econômicas e culturais do Recôncavo da Bahia vamos encontrar uma realidade bem diversa, que implica em uma maior informalidade na constituição legal das empresas de comunicação, menores indicadores de faturamento e circulação, mas sobretudo em condições precárias de trabalho, produção técnica e exercício profissional do jornalismo. Realidade que, afinal, se vai alterando aos poucos, na medida em que evoluem os indicadores econômicos, os investimentos em educação e as próprias condições de formação profissional e aperfeiçoamento técnico da área na região<sup>3</sup>.

Conforme observa Mattos (2009, p. 301), outra meta que tinha o projeto *A Tarde Municípios* era escrever a história destas localidades do interior da Bahia, quando praticamente nada havia ainda registrado a respeito:

As coleções deste suplemento passaram a se constituir em verdadeiros documentos sobre os municípios baianos. Nas escolas do interior baiano, as fotos das igrejas e dos prédios públicos, bem como os registros da história, da fundação das vilas à emancipação de cada município, publicadas nas páginas de *A Tarde Municípios*, são recortadas e coladas como ilustração em trabalhos escolares. Vale destacar que vários municípios passaram a comemorar suas datas de emancipação política depois que este suplemento começou a divulgá-las.

---

<sup>3</sup> Desde o ano de 2006, a cidade de Cachoeira passou a contar com um curso público e gratuito de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Tais registros dificilmente ganham espaço nas páginas dos grandes jornais da capital, pois aquilo que é notícia para uma cidade pequena, aquilo que lhe diz respeito diretamente, nem sempre será de interesse da metrópole, das capitais, onde ficam as sedes dos grandes veículos de comunicação. E, de fato, quase nunca o é, à exceção dos escândalos e dramas que se possam tornar épicos, pitorescos ou *universais*, digamos, na medida da sua raridade, curiosidade ou conveniência editorial. E não é bem isso o que pretende a comunidade: ela quer se ver - em seus aspectos positivos, claro - nas páginas dos jornais.

Sem poder oferecer a universalidade da televisão ou a instantaneidade do rádio (embora cada vez mais passem a contar com os recursos da internet em banda larga, que a todas estas características incorpora e potencializa), aos pequenos jornais do interior restou investir na exploração dos principais fatos do cotidiano local, que noticia, registra, aprofunda e coloca em debate. Além disso, eles também têm procurado agregar serviços e entretenimento a uma gama de leitores cada vez mais exigentes.

Tal fórmula funciona, em maior ou menor escala de acerto e qualidade, em razão das peculiaridades regionais, embora a maior dificuldade – apontada, por exemplo, no estudo da professora Beatriz Dornelles – costume ser a falta de profissionais qualificados para trabalhar nos jornais das pequenas cidades do interior. O estabelecimento de faculdades de jornalismo pelo interior do estado deve contribuir para reverter tal situação.

#### **4. A imprensa e o enigma regional**

E, contudo, para além das discussões e debates sobre se a atual conjuntura envolve mais uma das crises cíclicas e periódicas do capitalismo mundial ou é, de fato, um momento de autêntica ruptura e mudança estrutural, é preciso situar o papel e o lugar da imprensa neste processo. Mais eloquentes divulgadores da chamada crise global, mesmo os grandes veículos jornalísticos são obrigados a reconhecer que a presença do Estado tem sido mais que necessária, fundamental para a regulamentação dos agentes econômicos de mercado e no financiamento das políticas de igualdade e reparação social. Ao mesmo tempo, uma radical mudança nos costumes e hábitos de consumo – certamente motivados por questões de natureza tecnológica, profissional, mercadológicas, econômicas, políticas e inclusive ecológicas – vão se impondo aos aparatos de mídia, de moda e entretenimento, tornando urgente a rediscussão de

paradigmas ligados aos direitos autorais, inteligência coletiva, liberdades individuais etc.

Novos desafios surgem a todo o momento, redesenhando as fronteiras entre o que é global (como a profunda e irrefletida interdependência dos fluxos financeiros e de capitais internacionais, a exploração e o comércio de insumos energéticos e *commodities* diversas, o aquecimento médio na temperatura do planeta e outros problemas ambientais cuja solução não depende mais de uma única nação) ou local (os fluxos migratórios, a intolerância racial, sexual e/ou religiosa, o acesso às redes sociais de comunicação e às novas tecnologias, o desemprego e as políticas de combate à pobreza). Ou questionando os princípios de uma maneira de pensar que se formou dentro de uma lógica industrial ultrapassada e apresentando noções inéditas de tempo e espaço. O mundo, então, precisa encarar e confrontar questões como o reconhecimento internacional do novo lugar destinado aos países emergentes; às minorias étnicas, religiosas e econômicas; aos demais e inúmeros outros organismos das esferas públicas e de direito civil.

Este novo mundo alcança as empresas tradicionais de jornalismo debatendo-se contra uma acentuada queda de tiragem (no caso da imprensa mundial) e audiência (para as tevês abertas em concorrência cada vez maior com aquelas distribuídas via cabo, satélite ou internet). Para se ter uma ideia, a circulação média de exemplares de jornal por milhares de leitores, medida pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), caiu de 64,2 no ano de 2001 para 56,8 em 2002; 52,3 em 2003; 47,4 em 2004 e 45,3 em 2005<sup>4</sup>. Há, então, uma pequena recuperação em 2006, quando esta média vai para 53,4 (patamar pouco superior ao de 2003). A partir de então, a entidade parou de divulgar estatísticas a respeito do assunto.

Para efeito de comparação, a listagem mundial de circulação de exemplares em 2006 era encabeçada por Aruba, com uma proporção de 931 exemplares para cada mil habitantes, seguida por Liechtenstein (714,3) e Japão (630). A Colômbia era o sul-americano melhor posicionado, em quinto lugar, com 587,8 leitores para cada mil habitantes (o que é surpreendente, pois em 2003 este índice era de apenas 38), enquanto que a Venezuela vinha logo em seguida, com 362,1. Outros números pelo mundo apontavam o Reino Unido com 335,4 leitores/mil habitantes; Alemanha com 297,9; Coreia do Norte com 255,4; Estados Unidos da América com 241,2; Cuba com 195,5;

---

<sup>4</sup> Disponível em [www.anj.org.br](http://www.anj.org.br).

Austrália com 178,7; França com 155,8; México com 148,4; Índia com 117,2; China com 105,3; Argentina com 94,2 e Portugal com 74,7. Todos bem acima dos 53,4 do Brasil, que todavia lograva superar a África do Sul, com índice de 51,4 em 2006; Uruguai com 51; Egito com 50,8; Nicarágua com 49,2; Vietnã com 47,7; Irã com 30,7; Bolívia com 22,2 e Angola com 6. Apenas a título de curiosidade, os últimos desta lista eram Congo, Moçambique e Afeganistão, com 1,5 leitor por mil habitantes cada. Sobre a questão, afirma Mattos (2009, p. 55) que, no Brasil:

o potencial de possíveis leitores é imenso e pode crescer sob o ponto de vista empresarial. Entretanto, o índice de analfabetismo, o baixo poder aquisitivo e a má distribuição de renda são obstáculos que devem ser vencidos para modificar a atual composição dos leitores de jornal.

Para ele, a mídia impressa tem perdido audiência em razão da acentuada proliferação de novas fontes de notícias, como as tevês a cabo e satélite, bem como os portais e *blogs* da internet, o que aponta para uma tendência em se produzir e praticar um jornalismo cada vez mais interativo, participativo e comunitário. “A segmentação e a regionalização em todos os sentidos (o comercial e a produção de notícias) podem vir a ser a solução” (MATTOS, 2009, p.66), afirma, apostando num cenário em que o jornalismo não mais possa se dirigir à *grande massa*, mas sim voltar suas atenções para grupos sempre mais segmentados, para os quais direcionar seus produtos e serviços, usando seu poder e técnicas de persuasão para falar na hora adequada e com uma linguagem correta a um grupo bem definido, específico.

Tais ameaças ao até então inabalável monopólio da mídia tornam-se cada vez mais concretas com o crescente barateamento das tecnologias de impressão e de geração eletrônica de áudio e vídeo, mas principalmente com a distribuição fácil, eficiente e universalmente acessível via rede mundial de computadores. O que a obriga a refletir sobre a própria linguagem, sua ética e estética, levando as empresas de comunicação social a buscar um apuro visual cada vez mais sofisticado, mas também a *flertar* cada vez mais abertamente com a publicidade e o entretenimento puro e simples.

Então, como costuma ocorrer em períodos de transição, alardeia-se uma crise no jornalismo escrito, obrigado a conviver e a adaptar-se aos meios eletrônicos. O jornalismo experimenta uma espécie de retorno do amador à cena, com o surgimento e a proliferação incontrolável dos sítios alternativos de jornalismo na internet (ou seja,

portais não administrados, ligados ou patrocinados diretamente por empresa jornalística), sem contar os milhares ou milhões de *blogs* individuais que surgem a cada momento sob a rubrica de jornalistas famosos ou não, formados ou não, ou mesmo dos assumidamente despreocupados com a questão.

O fato é que a intensa especialização e segmentação deste mercado virtual conduzem inevitavelmente a uma grande ameaça à regulamentação da profissão de jornalista, talvez a maior já enfrentada. Sem contar a entrada em cena dos poderosos megaconglomerados de mídia e entretenimento, interessados em explorar este novo mercado que cada vez mais confunde informação com entretenimento, orientados unicamente pelos indicadores do consumo e pouco comprometidos com ética profissional ou questões afins.

Parece inquestionável, portanto, que a imprensa deve começar a pautar-se imediatamente por novos paradigmas, que levem em consideração os princípios de portabilidade, mobilidade, customização, instantaneidade e interatividade, onde o jornalista torne-se o gerente de um fluxo multidirecional de informações. Assim, a atividade jornalística poderá habilitar-se a decifrar o século XXI a partir da valorização do regional, de novas relações com a publicidade e as relações públicas e de transparência na definição do seu lugar de fala, dos interesses dos grupos que represente e defenda.

Pois, se esta imprensa, enquanto filha diletta do capitalismo, mantém papel decisivo no processo de formação de identidade, independentemente do seu âmbito nacional (a chamada grande imprensa) ou local, então as mudanças operadas neste mesmo capitalismo pós-industrial vão impor um novo modo de fazer jornalismo. Pulverizando-se entre diversos veículos de alcance regional, esta nova imprensa será mais parecida com os antigos periódicos tribunistas do século XIX, no sentido de serem claros em relação aos princípios que defendiam. Este novo e necessário jornalismo será, portanto, essencialmente comunitário, com seus profissionais gerenciando o intenso fluxo de informações gerado pelos diversos agentes envolvidos no cenário do espaço público em questão, que pode ser uma pequena comunidade, região, município, bairro, sindicato ou mesmo segmento social, cultural ou econômico específico.

A fim de ser coerente com estes novos paradigmas, seu financiamento se dará não mais pela inserção de espaço publicitário comprado por clientes das esferas públicas ou privadas, como nos moldes atuais, mas sim por um mecanismo público (não necessariamente estatal, bem entendido) que entenda a atividade jornalística como um

serviço de interesse comunitário, coletivo. Independente de governos ou gestores, os subsídios e investimentos diretos destas empresas de comunicação devem passar pelo crivo e controle (inclusive gerencial e administrativo) dos próprios jornalistas, da comunidade e sobretudo dos seus leitores e maiores interessados, seja via assinaturas, compra de espaços classificados ou participação direta em conselhos editoriais etc.

Assim moldada, tal imprensa regional terá condições plenas para trabalhar no reforço de um sentimento de pertencimento por parte do seu público em relação ao próprio lugar de origem. O regionalismo, neste caso, atuando como luta simbólica, como construção discursiva, onde o jornalista teria como principal interlocutor não mais uma abstração denominada *opinião pública*, mas sim os agentes identificáveis de uma comunidade que poderá, então, ver-se refletida como tal em suas páginas. Seu conteúdo, portanto, deve envolver informação e prestação de serviços, defesa da cidadania e da mobilização social em torno de causas comuns propostas ou reconhecidas pela coletividade. Um jornal assim deve assumir posições, esclarecer e defender pontos de vista explícitos e claramente explicitados, com base nos interesses da comunidade a que serve.

### **Referências bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

DORNELLES, Beatriz. *Jornalismo “comunitário” em cidades do interior*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2004.

MATTOS, Sérgio. *O contexto midiático*. Salvador: Instituto Geográfico Histórico da Bahia, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001.